

Acordo e paz interna

CORREIO BRAZILIENSE

11 MAR 1989
A celebração de um acordo preliminar com os bancos internacionais para o refinanciamento de 6,4 bilhões de dólares da dívida externa, correspondentes aos juros vencidos em 87 e a vencerem no primeiro semestre deste exercício, abre novas perspectivas à normalização econômico-financeira do País. Também facilitará a intensificação das exportações neste início de ano, uma vez que, naquele montante, há uma parcela de US\$ 600 milhões destinada às linhas de crédito de curto prazo.

Embora o acerto ainda dependa de formalidades a serem cumpridas, todas as circunstâncias apontam no sentido de um enquadramento mais favorável do Brasil no sistema financeiro internacional e nos mecanismos do intercâmbio comercial. Na iniciativa vitoriosa do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, cumpre o Brasil seu papel como membro ativo e confiável da comunidade mundial. Despiu-se de preconceitos e constrangimentos estereótipos para, através da suspensão da moratória, rearticular-se com os tradicionais supridores de capital externo e, desse modo, buscar a normalidade no seu relacionamento com os mercados financeiros mundiais.

A rolagem da dívida, contudo, não pode empanar a visão que o Brasil, assim também os demais países de economia emergente e os subdesenvolvidos, deita sobre as condições de funcionamento do sistema financeiro internacional. Notoriamente injustas para as nações portadoras daquela classificação, as relações da economia mundial precisam ser revistas, com a apotestadoria do acordo de Bretton Woods e advento de um novo compromisso. Só assim será possível introduzir tratamento igualitário e adequado às operações do comércio internacional e nos sistemas de comunicação da moeda e do crédito.

A parte essa questão, o refinanciamento dos juros agora concertado com os banqueiros internacionais reabre, certamente, ao Brasil as portas da credibilidade internacional, em parte fechadas desde a decretação da moratória. E, em consequência, devem ser esperados efeitos multiplicadores de extrema importância para a consolidação da economia interna e fortalecimento da presença brasileira nos mercados internacionais.

Estão criadas as condições para a retomada dos investimentos estrangeiros e re-

ciclagem dos capitais internos e externos em operação no País. Mais do que em qualquer outra fase de sua experiência contemporânea, o Brasil necessita de recursos em divisas fortes para sustentar o seu crescimento econômico, que é a condição insubstituível para levá-lo a romper os graves dilemas da sociedade nacional. A expansão da economia em taxas superiores ao incremento demográfico é vital não somente para assegurar emprego aos mais de dois milhões de pessoas que se habilitam pela primeira vez ao mercado de trabalho, mas, também, a fim de permitir alguma melhoria nas condições de sobrevivência da maioria da população.

Sempre convém lembrar que há no País cerca de quarenta milhões de pessoas que não fazem parte da população economicamente ativa, quer dizer, são párias atraídos às estatísticas da pobreza absoluta. A existência de semelhante patologia na sociedade brasileira constitui grave denúncia contra a insensibilidade e a omissão do Estado, pelas quais todos somos responsáveis. Portanto, qualquer fator que possa contribuir para a eliminação de um quadro tão ominoso, como a melhoria para os fluxos de capitais externos de investimento, deve ser saudado com entusiasmo.

É preciso advertir, contudo, que a implementação do acordo com os credores internacionais e, mais ainda, a possibilidade da retomada dos investimentos externos dependem do clima de segurança interno. As turbulências políticas são verdadeiros espantalhos, na medida em que afugentam os investidores e instalam a incerteza sobre a viabilidade de projetos econômicos.

Nesse sentido, reconheça-se que o País atravessa um período agitado em suas atividades políticas, marcadas pela atuação de um organismo entregue à tarefa crítica de reconstruir as instituições democráticas e pelas ações de um Poder Executivo atormentado por graves problemas na ordem econômica e social. Para que convirjam em seu favor fatores de estabilização, como o acordo preliminar pactuado com os credores internacionais, é indispensável que todas as lideranças políticas contribuam para evitar a conturbação da vida nacional. É o mínimo que se pode exigir daqueles que têm a responsabilidade de gerir os destinos desta nação.